



**Coordenação-Geral de Comunicação Social**  
*Clipping 57/18- Quarta-feira, 28 de março*

**Jornal A Crítica**

MP prevê liberação de R\$ 560 milhões no AM - 03

**Jornal Diário do Amazonas**

Comissão Mista debate MP 810 da Lei de Informática na ALE - 04

**Jornal Em Tempo**

Capa - 05

Obras no distrito são aprovadas em reunião - 06

Bancada debate MP 810 em audiência, na Aleam - 07

**Jornal do Comercio**

Coluna Follow-up Empresarial: Novas matrizes de negócios em debate - 08

## Inovação > Recursos à vista

As mudanças previstas na Medida Provisória 810/2017 atacam vários problemas de uma só vez, pois garante a continuidade dos incentivos fiscais da Lei de Informática a empresas, ao mesmo tempo que amplia as possibilidades de apoio à inovação.



### Novas fronteiras

Com a MP, será possível direcionar recursos para universidades públicas, institutos de pesquisa, startups, incubadoras, entre outras.

### 5%

#### Aplicações

Empresas incentivadas pela Lei de Informática devem aplicar 5% do faturamento.

# MP prevê liberação de R\$ 560 milhões no AM

ALE-AM debate Medida Provisória que, se aprovada, vai liberar recursos para universidades e institutos de pesquisa no Estado

**NÁIS CAMPOS**  
 politica@critica.com

Pelo menos R\$ 560 milhões que deixaram de ser aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) por empresas do setor de bens de informática do Polo Industrial de Manaus (PIM) podem ser direcionados para instituições de ensino e pesquisa, conforme prevê a Medida Provisória 810/2017. As empresas incentivadas pela Lei de Informática tem a obrigação de aplicar 5% de seu faturamento em P&D. Como muitas não o fizeram, correm o risco de perder o incentivo. A MP 810 propõe uma saída: as empresas devedoras destinariam os recursos para instituições de pesquisa.

A medida foi debatida ontem em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), com a participação da comissão mista da Câmara dos Deputados que avalia o tema. Participaram dos debates, os senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Omar Aziz (PSD), o deputado estadual Abdala Fraxe (Podemos), os deputados federais Pauderney Avelino (DEM) e Thiago Peixoto (PSD-GO), além de representantes do Ministério da Indústria e Comércio (Mdic), da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

O não pagamento dos 5% causou um desgaste entre o poder público e as empresas. A MP pode favorecer universidades públicas e financiar estruturas para garantir processos de análises de produtos, por exemplo.

O relator da MP, deputado federal Thiago Peixoto destacou a participação dos parlamentares do Amazonas para garantir os recursos provenientes do PIM para financiar a pesquisa no Estado. "O senador Omar sugeriu, e vamos acatar, de que forma podemos envolver as instituições públicas para que também usufruam desses recursos para o desenvolvimento de pesquisas em seus campus. Já o deputado Pauderney Avelino acrescentou a inclusão dos recursos de P&D para serem investidos em estruturas para laboratórios e centros de pesquisas, pois às vezes se foca apenas em projetos, mas



Mudanças previstas na MP permitem aportes em universidades públicas, institutos de pesquisa, startups, aceleradoras, novos laboratórios e diversos tipos de instituições

não se tem estrutura adequada para o seu desenvolvimento", detalhou Peixoto ao informar que o relatório da Medida Provisória será encaminhado na próxima terça-feira, 3 de abril, para ser lido no seio da comissão e, no dia seguinte levado a plenário para ser votado.

### REINVESTIR

Para a senadora Vanessa Grazziotin, a ideia de trazer o debate

para o Amazonas é dar oportunidade para empresas, institutos e universidades públicas discutirem os rumos do rateio dos recursos para incentivos de P&D, por meio da Lei de Informática. "Isso evitará os problemas dos últimos anos por conta do contingenciamento de recursos por parte do governo brasileiro. Chegou a tal ponto que, nós estabelecemos uma legalidade (por força de lei) para ga-

### Em números

#  
**560 mi**

É o montante de recursos contingenciados pelo governo Federal e que não chegaram para o incentivo de pesquisas no Amazonas.

rantir que esses recursos sejam reinvestidos para o setor, ou as empresas poderiam ficar inadimplentes com a União", pondera a senadora.

O deputado estadual Abdala Fraxe afirma que a ALE-AM defende a liberação dos recursos para financiar as pesquisas. "Mas, infelizmente dos R\$ 560 milhões, apenas 10% está sendo repassados para garantir as pesquisas no Estado", lamenta.

### Frases

"Investimentos em P&B são privados e só os conhecemos no ano seguinte ao financiamento"

**Marcelo Pereira**  
 Sup. Adjunto da Suframa

### Para Mdic, MP traz segurança

Para o Ministério da Indústria e Comércio, as inovações tecnológicas mudaram a forma de processar as pesquisas e a edição de uma nova Medida Provisória traz segurança jurídica para quem quer investir na área tecnológica. "Nesse sentido, quando acrescentamos a palavra 'inovação' na lei estamos trazendo uma segurança jurídica às empresas para processarem os seus investimentos em outros campos que não estavam claros na lei anterior, como a possibilidade de se investir em startups, fundos de investimentos, aceleradoras, uma evolução da incubadora. Todas essas medidas vão permitir a inovação, não apenas a pesquisa, mas em sistemas de outras empresas", relatou o representante da Mdic, Luciano de Souza.

Souza admite a necessidade de reparação de falhas, como a falta de fiscalização da aplicação dos recursos e o atraso nas análises dos RDAs, o que para ele, criou uma circunstância em que as empresas não puderam adequar os seus sistemas de P&D em prazos estabelecidos.

## Reitores estão de olho nos recursos previstos na MP

A ideia de que recursos das empresas de bens de informática do Polo Industrial de Manaus possam promover a pesquisa de universidades públicas foi comemorada pelo vice-reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Mário Bessa. O professor reitera que a instituição estatal depende quase que exclusivamente dos incentivos do PIM. "Só a Samsung já

contribui com mais de 1/3 de toda a nossa arrecadação, é uma forma de sustento muito grande. Agora, ter esses recursos contingenciados repartidos com a UEA é uma oportunidade de transferir para o interior do Estado esse investimento", analisou.

O reitor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Sylvio Puga questionou a comissão

de análise da MP da Lei de Informática sobre qual o caminho que a universidade pública vai atuar dentro desse cenário. O reitor emitiu nota técnica onde estabelece que 5% dos investimentos das empresas, depositados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), sejam aplicados "incondicionalmente nas universidades públicas propor-



Senadores amazonenses participaram do debate na ALE-AM nesta terça-feira

cionalmente ao seu capital intelectual instalado para ser aplicados aleatoriamente em projetos de desenvolvimento e inovação tecnológica, sejam de novos produtos ou novos processos, ou adaptações tecnológicas para o incremento da competitividade industrial".

Outra recomendação da direção da Ufam ao relator da matéria no Congresso, deputado federal Thiago Peixoto (PSD-GO), é que se deva estabelecer que pelo menos 2% (1% da Lei Suframa, e 1% da Lei Nacional) do faturamento bruto sejam aplicados incondicionalmente em universidades públicas.


## **Comissão Mista debate MP 810 da Lei de Informática na ALE**

A Comissão Mista da Medida Provisória (MP) 810, do Congresso Nacional, esteve, na manhã desta terça-feira, na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE), representada por seu relator deputado Thiago Peixoto (PSD-GO), para debater o conteúdo da MP que altera a Lei de Informática e visa dinamizar as nas áreas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no setor produtivo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TI). O economista Luciano Martins Costa Póvoa, consultor legislativo da MP que atua no Senado Federal, apontou que as alterações da lei têm como objetivo melhorar

os resultados da inovação na Zona Franca de Manaus (ZFM) com a inclusão de várias possibilidades de novos investimentos para que as empresas possam aplicar melhor os recursos. Na nova redação, as empresas podem investir em fundos de investimentos e em aceleradoras, diversificando a possibilidade de elas utilizarem os recursos que são obrigadas a aplicar para fazer jus aos incentivos fiscais. De acordo com o economista, essa medida é "mais que positiva" para a ZFM, "pois vai gerar mais resultados, mais desenvolvimento empresarial e tecnológico na região". Entre as motivações da MP estão a de reduzir a burocracia e elevar a eficiência dos procedimentos de acompanhamento das obrigações advindas da Lei de Informática Nacional e da Lei de Informática da Suframa.

# OPERAÇÃO DISTRITO

## Prefeitura e Suframa fecham pacote de obras

Manaus 5 

# Obras no distrito são aprovadas durante reunião

Prefeitura e Superintendência da Zona Franca de Manaus montaram um grupo de trabalho para acelerar os trâmites finais da revitalização da região do polo industrial da capital

Com a primeira fase das obras aprovadas e faltando apenas alguns ajustes técnicos para liberação do edital de licitação, em breve, o Distrito Industrial começará a recuperar sua característica de cartão-postal da cidade. Ontem (27), um grupo de trabalho foi criado pela Prefeitura de Manaus e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para acelerar os trâmites finais da revitalização da região.

Segundo o prefeito Arthur Virgílio Neto, o imbróglio jurídico dura há cinco meses, mas todos os entraves têm sido vencidos. "Conseguimos dividir as obras em três lotes, o que vai nos possibilitar um

melhor gerenciamento e mais celeridade nos serviços. O lote 1 foi aprovado. Os lotes 2 e 3 estão em análise. Agora é questão de detalhes para iniciarmos a primeira fase das obras e tornar o nosso Distrito Industrial mais atrativo aos investidores", destacou.

A divisão do projeto executivo em três lotes levou em consideração toda a geografia da área, a tipologia do solo e os problemas encontrados nas vias. Questões mais simples, como recapeamentos serão executados no primeiro lote e serviços intermediários serão feitos no segundo. Já serviços mais complexos, que são em menor quantidade, serão solucio-



Arthur Neto e Marcos Rotta estiveram reunidos com representantes da Suframa, ontem (27)

nados no terceiro lote.

"A criação desse grupo de trabalho é muito importante para pôr fim aos entraves técnicos que impedem a fase licitatória. Serão 15 dias de intensa atividade das nossas equipes técnicas para que, neste prazo, possamos finalmente avançar para a execução do projeto", reforçou o su-

perintendente Appio Tolentino.

As ações de revitalização das vias do Distrito Industrial envolvem recursos do Ministério do Planejamento, na ordem de R\$ 150 milhões, garantidos no Tesouro Nacional.

Também participaram da reunião o vice-prefeito e titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminf), Marcos Rotta, e demais dirigentes da Suframa e da Prefeitura de Manaus envolvidos no projeto, bem como membros da empresa AGC Engenharia, responsável pelo projeto executivo das obras do Distrito Industrial.

# Bancada debate MP 810 em audiência, na Aleam

Medida reavalia os investimentos em P&D, por parte de empresas do ramo de informática que têm incentivos fiscais

▼ Ana Luiza Santos

Os deputados federais Pauderney Avelino (DEM) e Silas Câmara (PRB) e os senadores Omar Aziz (PSD) e Vanessa Grazziotin (PCdoB) debateram os efeitos da Medida Provisória nº 810/2017, em audiência pública realizada ontem no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam).

De acordo com a senadora Vanessa, a MP permite investimentos por parte das empresas que usufruem dos benefícios fiscais do setor de informática na Zona Franca de Manaus, porque a lei exige que 5% do lucro dessas empresas devem ser aplicados em pesquisas e desenvolvimento de tecnologia.

"O que aconteceu é que nos últimos anos houveram problemas das duas partes. As empresas não investiram o percentual que a lei exigia, e o Estado brasileiro, por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia ou por intermédio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e, por isso, tiveram seus recursos estornados. Além do reinvestimento dessas glosas, vamos discutir um novo foco do termo de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Isso vai ser feito por meio da medida provisória. A área da informática é dinâmica e por isso precisamos aproveitar o momento para fazer mudanças que se adequem à nova realidade", completou.

Também presente na audiência, o superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Suframa, Marcelo Pereira, disse que, em relação à P&D, há muito senso comum envolvido e esclareceu que a verba do termo é um recurso privado ao qual a Suframa só tem acesso no ano subsequente.

"A Suframa só tem acesso aos in-



Audiência reuniu senadores e deputados federais em torno do tema

tação de contas decorrentes da análise incorreta da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e, por isso, tiveram seus recursos estornados.

"Além do reinvestimento dessas glosas, vamos discutir um novo foco do termo de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Isso vai ser feito por meio da medida provisória. A área da informática é dinâmica e por isso precisamos aproveitar o momento para fazer mudanças que se adequem à nova realidade", completou.

Também presente na audiência, o superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Suframa, Marcelo Pereira, disse que, em relação à P&D, há muito senso comum envolvido e esclareceu que a verba do termo é um recurso privado ao qual a Suframa só tem acesso no ano subsequente.

"A Suframa só tem acesso aos in-

vestimentos realizados para outras empresas no dia 31 de julho do ano seguinte, por meio do Relatório Demonstrativo Anual (RDA). Só a partir daí toma-se conhecimento do que foi investido e passa a opinar sobre o investimento", explicou.

Apesar de ter convocado a audiência, o deputado David Almeida não compareceu ao evento, por estar cumprindo agenda parlamentar externa. Em seu lugar estava o vice-presidente da casa, Abdala Fraxe (Podemos).

## Nicolau fica

Contrariando informação que circulou na semana passada, o deputado estadual Ricardo Nicolau afirmou que não vai trocar o seu partido, o PSD, por outro em ocasião à janela partidária. O parlamentar está filiado ao partido desde 2011 e garantiu que não possui motivos para deixar a legenda.

"Sinto-me à vontade em continuar em um partido que respeita seus filiados, até mesmo quando temos posições políticas contrárias e que sempre são respeitadas. Nunca fui cobrado em absolutamente nada", afirmou.

O deputado também falou sobre sua relação com o diretório estadual do PSD do Amazonas e o presidente da sigla, senador Omar Aziz. "Tenho um bom relacionamento com o senador Omar Aziz e com os demais membros do partido. Portanto, vou continuar no PSD", finalizou



A diretoria do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas tem a elevada honra de empossar o **Dr. Osiris Messias Araújo da Silva** na cadeira nº 15, que tem como patrono Padre Constant Tastevin.

Prof. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas  
Presidente do IGHA





Follow-Up  
EMPRESARIAL

EDITOR RESPONSÁVEL  
ALFREDO MR LOPES\*

Nesta terça-feira, entrou em discussão o projeto de PLS 626/2011, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), no Senado Federal, que tem como objetivo liberar o cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, em áreas já degradadas de floresta e em trechos de cerrado e campos gerais dos estados que compõem a região. Parece simples, mas não é. Conhecendo a habitual inépcia do governo brasileiro em fazer cumprir as leis que homologa, ou fazê-lo de modo obscuro do proibicionismo lucrativo, é óbvio que esta liberação vai promover o desmatamento que se quer evitar. Do ponto de vista legal, o Código Florestal autoriza o uso de 20% da floresta para geração de emprego, renda e desenvolvimento. Desse ponto de vista, as áreas propostas estariam incluídas naquilo que a lei permite. Resta saber se plantar cana-de-açúcar ou grãos na floresta é a opção mais inteligente do ponto de vista do desenvolvimento econômico e socioambiental de

que precisamos?

#### O Amazonas precisa precificar sua moeda ambiental

No Amazonas, na medida que soubermos precificar os serviços ambientais que a floresta conservada representa, vamos continuar recebendo o apoio precioso da União Europeia e da Organização Mundial do Comércio. Ademais, temos Decreto 6961/2009, que ordena o Zoneamento Agroecológico do Brasil e restringe essas culturas em áreas diferenciadas como a Amazônia. Como contrapartida de melhor aproveitamento econômico, os cientistas da Inpa, Instituto de Pesquisas da Amazônia, tem um acervo diversificado e promissor para o plantio de espécies oleaginosas, nutricionais ou de dermocosméticos, capaz de gerar até dez vezes mais o valor da cana-de-açúcar, oferecer mais emprego, mais retorno de investimentos e – o que é mais relevante do ponto de vista da responsabilidade socioambiental – operar num parâmetro de

baixa emissão de carbono.

#### Em lugar do proibicionismo o fomento

Na opinião de Saleh Hamdeh, do Observatório da ZFM em Brasília, em todos os debates sobre preservação ambiental versus produção de alimentos ou energia em parâmetros de desenvolvimento sustentável, esbarramos sempre no uso predatório dos cultivos versus incapacidade do estado de substituir o proibicionismo por estímulo ao fazer bem. Melhor que fiscalizar e controlar os manejos sustentáveis em áreas sensíveis, como pantanal e Amazônia, é promover a atividade econômica como instrumento de proteção e reposição dos estoques

naturais. É bem verdade que esse estigma não vem do nada. Historicamente, pecuaristas e usineiros usaram de práticas predatórias para expandir suas áreas de cultivos, pressionando áreas de preservação e depois de desmatado a “Inês é morta”.

#### As promessas da inovação

Em Itacoatiara, no Amazonas, dentro da superação desta ótica predatória que o cultivo de ca-

na-de-açúcar tem procurado, os remanescentes de Senador Vergueiro foram atraídos pela pecuária, há 50 anos. As ervas daninhas do Amazonas levaram o projeto a nocaute e propiciaram o cultivo de outras espécies, a castanheira, Bertholetia excelsa, a árvore sagrada dos

povos da Amazônia à frente. Domesticação do cultivo extensivo, pesquisas de polinização eficiente, redução das alturas, controle de pragas, identificação de demandas da Indústria de química fina para alimentos, fitoterápicos e cosméticos. Bioeconomia com base de inovação tecnológica foi a trilha mais alvissareira com suporte do Inpa, EMBRAPA Amazônia Ocidental, Centro de Pesquisas do Tópico Úmido, de Belém, uma plataforma de biotecnologia foi estruturada.

#### Vamos promover as parcerias

Falta mobilização de atores, ampliação de parcerias, incluindo os empresários do agronegócio que se aglutinaram na Coalizão Brasil Clima, e que estão dispostos a apoiar a coerência deste caminho. Assim poderíamos mais fortemente exigir a retenção dos recursos de P&D&I, recolhidos pelas empresas de Informática, R\$ 500 milhões por ano, para aplicar na Amazônia, criando clusters

de bioeconomia no paradigma de baixo carbono. Em vez de grãos em áreas de floresta, os pecuaristas de Rondônia estão escavando áreas degradadas para criar tambaqui, matrinxã e pirarucu, que Silvio Crestana, da EMBRAPA Instrumentação de São Carlos, transformou em projetos e convicção tecnológica para abastecer a dieta dos brasileiros com a mais deliciosa das proteínas sem pesticidas. Parcerias com a Coalizão, Esalq, UEA, FEAUSP, FIPE, INSPER e UFGM, INPA, EMBRAPA, siglas de uma academia que olha o mercado na perspectiva da sustentabilidade, são uma trilha de verdade, socialmente justa, economicamente rentável e ambientalmente equilibrada. Sem esquecer que protegemos a floresta fortuitamente nos primeiros 50 anos. Para manter este ativo nas negociações do Amazonas precisamos nos próximos 50 anos apostar na precificação dos serviços que a indústria do Amazonas indiretamente propicia.

\*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

